



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC-9045/11

ATO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL. PENSÃO.
Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos, concede-se registro ao ato de pensão por entendê-lo legal. Recomendação.

ACÓRDÃO AC1-TC - 2319 /2011

01. Origem: Paraíba Previdência - PBPREV

02. Nome da Beneficiária: **Benedita Neves Perazzo**

Pensão Vitalícia

03. Servidor falecido:

3.1. Nome: Braz Perazzo

3.2. Cargo: Analista Judiciário

3.3. Matrícula: 16.547-6

04. Caracterização da Pensão:

4.1. Autoridade responsável: Presidente da PBPREV

4.2. Data do ato: 13/08/09

4.3. Data da Publicação: DOE de 15/07/09

05. Relatório da DIAPG: A Auditoria considerou falha formal o órgão de origem não ter citado na fundamentação do ato o inciso I do § 7º do art. 40 da C.F. Por fim, reconheceu a legalidade do ato e considerou correto o cálculo elaborado pelo órgão de origem, merecendo o ato, à fl. 17, receber o competente registro neste TCE, com recomendação à autoridade competente de modo a evitar a repetição desta falha em atos futuros.

06. Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal (MPjTC): Oralmente, na presente sessão, opinou pela legalidade do ato concessório da pensão, e por conceder-lhe o competente registro.

07. Voto do Relator: Pela regularidade do cálculo efetuado pelo órgão de origem, legalidade do ato concessório da pensão em tela, de fl. 17, e emissão do respectivo registro, com a recomendação expressa pela Auditoria, a não repetição da falha aqui identificada em atos futuros.

ACORDAM, à unanimidade, os membros da 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na sessão realizada nesta data, em reconhecer a regularidade do cálculo e legalidade do ato da pensão ora em análise, à fl. 17, concedendo-lhe o competente registro, com a recomendação à autoridade competente para evitar a repetição da falha aqui identificada em atos futuros.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Mini-Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa

João Pessoa, 15 de setembro de 2011.

Conselheiro Arthur Paredes Cunha Lima
Presidente

Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira
Relator

Fui presente,

Representante do Ministério Público junto ao TCE